

Timor-Leste e a Indonésia: Laboratório e espelho das contradições de um regime em transição

Joaquim Trigo de Negreiros

Jornalista, Público

«Esta mais parece ser uma negociação
entre a Indonésia e a Indonésia».

Diplomata português, durante a ronda negocial sobre Timor-Leste
realizada em Março de 1999, em Nova Iorque

A ideia de que uma solução global, definitiva e aceitável para a chamada questão de Timor-Leste estaria inevitavelmente ligada à evolução da situação interna indonésia tornou-se um lugar-comum desde há muito tempo, quando o regime militar de Jacarta ainda dava mostras de uma olímpica impermeabilidade às pressões democratizantes externas e internas que, com intensidade oscilatória, nunca deixaram de se fazer sentir no arquipélago controlado pelo general Suharto por mais de trinta anos.

Mas foi quando se tornaram patentes as brechas abertas pela crise económica regional na estrutura de poder em Jacarta que a relação entre o futuro do regime e o destino de Timor-Leste deixou de ser um princípio abstracto mais ou menos óbvio para finalmente aparecer no horizonte do possível e assumir a condição de hipótese empiricamente testável. É por isso inteiramente compreensível a agitação expectante causada nos meios ligados à «causa» timorense – resistência independentista, departamentos governamentais portugueses envolvidos, galáxia de ong solidárias – pelas dificuldades crescentes evidenciadas pelo regime indonésio no primeiro trimestre de 1998.

A substituição de Suharto por Bachuriddin Jusuf Habibie, a 21 de Maio, veio congelar as expectativas daqueles para quem a queda do general representava o anúncio de uma solução a curto prazo para a questão de Timor-Leste. Com a saída de cena do general-ditador, o que se iniciava era o tempo do tecnocrata-colaborador, desenhando-se assim um período pouco propício à tomada de decisões drásticas.

O titular da pasta da Pesquisa e Tecnologia na derradeira fase do regime de Suharto não parecia efectivamente a personalidade mais talhada para promover rupturas com o passado, prefigurando-se antes como uma ponte em direcção a um futuro reservado a outros protagonistas. Em Habibie, um engenheiro aeronáutico de 63 anos de idade com formação da República Federal da Alemanha, não se antevia a capacidade para mais do que uma gestão politicamente modesta da transição rumo a uma democracia pluralista plena na Indonésia.

O anúncio da composição do novo gabinete governamental, que analisaremos mais em pormenor no ponto seguinte, bem como as primeiras declarações sobre Timor-Leste prestadas pelo entretanto reconduzido Ali Alatas e pelo próprio Habibie contribuíram para moderar as expectativas criadas com a queda anunciada de Suharto.

Mas ainda os dirigentes da resistência digeriam (mal, naturalmente) os sinais de continuidade que chegavam de Jacarta quando o Presidente Habibie anunciou, em Junho,

a disponibilidade para conceder a Timor-Leste um estatuto especial de autonomia. Embora não constituísse em si mesma uma solução para o problema de Timor-Leste – nem a liderança independentista timorense nem as autoridades portuguesas a podiam aceitar como tal –, a perspectiva de autonomia aberta por Jacarta era uma inegável novidade.

Ao assumir essa proposta, Habibie quebrava um tabu da era de Suharto e dava um primeiro passo no caminho que levou à surpreendente viragem anunciada a 27 de Janeiro deste ano, data em que o Governo indonésio admitiu pela primeira vez que o futuro de Timor-Leste devia passar por uma escolha dos próprios timorenses.

Foram oito meses de um percurso acidentado, feito de flutuações, hesitações, contradições e ambiguidades ditadas pelos delicados equilíbrios entre as diversas sensibilidades em presença na cena política indonésia e pelas respostas diferenciadas a uma pressão internacional que imprimiu ao processo uma acentuada dinâmica.

1. Da continuidade anunciada à primeira «oferta» de Habibie

Se o anúncio da substituição de Suharto por Habibie desanimou quem associava a queda do general a uma solução a curto prazo para a questão de Timor-Leste, a divulgação do novo elenco governamental indonésio foi um verdadeiro balde de água fria.

Num gabinete maioritariamente constituído por personalidades com experiência governativa durante o regime de Suharto, os sinais de mudança estavam longe de indicar uma alteração sensível na composição do poder indonésio e muito menos uma ruptura em relação ao passado.

É certo que Habibie afastou do Executivo os protagonistas dos casos mais agudos de corrupção e nepotismo que marcaram a era de Suharto. Siti «Tutut» Hardiyani Rukmana, a filha do ex-Presidente responsável pela pasta dos Assuntos Sociais sai de cena, bem como o empresário Mohamad «Bob» Hasan, muito próximo da família Suharto. É verdade também que há um reforço da componente tecnocrática no Executivo e que pela primeira vez é possível encontrar no conjunto de governantes alguns nomes identificados com as forças de oposição toleradas na fase anterior, o Partido Democrático da Indonésia e o Partido Unido para o Desenvolvimento.

O panorama geral, no entanto, é o de uma evidente continuidade em relação à fase anterior, o que aliás não deveria constituir surpresa tendo em conta que o chefe do Executivo é, ele próprio, a personalização de uma versão actualizada do «suhartismo». Naquilo que mais directamente diz respeito à questão de Timor-Leste e às expectativas de evolução criadas com as mudanças em Jacarta, o elenco governativo apresentado por B. J. Habibie apresenta alguns traços particularmente preocupantes.

Para além da continuação de Ali Alatas à frente da política externa indonésia – uma opção explicada pela necessidade de evitar qualquer turbulência e assegurar a máxima estabilidade num sector em que Habibie joga boa parte do seu futuro –, os defensores da causa da autodeterminação timorense são confrontados com a presença de seis generais entre os trinta e seis ministros escolhidos pelo novo Presidente. Entre os militares indicados por Habibie causa especial indignação a presença de Feisal Tandjung, a quem é confiada a importantíssima pasta de ministro coordenador dos Assuntos Políticos, e de Yunnus Yosfiah, que assume a chefia do Ministério da Informação. Outro nome que chama a atenção pelo seu envolvimento anterior na questão de Timor-Leste é o do

general reformado Sintong Panjaitan, que Habibie convoca para integrar a sua equipa de conselheiros.

Para quem acompanha a questão de Timor-Leste, Tandjung, Yosfiah e Panjaitan são velhos conhecidos. Pelas piores razões. Tandjung chefiou as Forças Armadas (abri) entre 1992 e 1998. Yosfiah comandou o assalto a Balibó em 1975 e é apontado como responsável directo pelo brutal assassinato de quatro jornalistas ocidentais que se encontravam naquela localidade timorense a cobrir a invasão indonésia para a televisão australiana. Este general, a quem Habibie entregou o sensível Ministério da Informação, é também conhecido pelo papel central que lhe é atribuído no assassinato de Nicolau Lobato e, segundo ele próprio confidenciou em tempos a uma revista indonésia, tem como passatempo rever a gravação em vídeo da morte daquele dirigente da resistência armada timorense. Quanto a Panjaitan, trata-se do oficial directamente responsável pelas tropas que cometeram o massacre de Santa Cruz, em Novembro de 1991.

A enorme carga negativa associada a estes nomes e as primeiras declarações de Ali Alatas e de B. J. Habibie sobre Timor-Leste, indicando que a política indonésia em relação ao território não sofreria alterações, criaram um ambiente geral de descrença que durante algum tempo escondeu as mudanças que efectivamente já germinavam sob o discurso da continuidade.

Os principais advogados de uma posição mais flexível e pragmática em relação a Timor-Leste encontravam-se no gabinete presidencial e trabalhavam na sombra, longe do foco mediático que iluminava sobretudo o imobilismo revelado pelas declarações públicas dos «novos» responsáveis governamentais.

O papel desses assessores de Habibie será clarificado mais adiante. Para já, convém registar que os indícios de uma abordagem diferente da questão de Timor também começaram desde cedo a surgir, ainda que timidamente, na atitude de alguns membros do Governo indonésio. É o que se detecta, por exemplo, numa declaração importante, irremediavelmente eclipsada pela sensação de descrença generalizada, do ministro da Justiça indonésio, Muladi, a quem se deve uma prematura referência a Timor-Leste como «uma questão internacional».

Mas em primeiro plano, como bem mostram as várias manifestações de descontentamento produzidas por dirigentes da resistência entre o fim de Maio e o início de Junho de 1998, está a debilidade do Governo de transição, cuja alegada incapacidade para lidar de forma inovadora com a questão de Timor-Leste se dilui na suposta impossibilidade mais abrangente de operar as transformações domésticas no sentido da plena democratização do país. Prevalece, nesse período, a sensação que um diplomata em Jacarta, citado pelo jornal South China Morning Post, resumiu de forma muito expressiva: «Não se limpa o chão com um pano sujo».

A máxima anónima está subjacente às declarações de Xanana Gusmão e José Ramos-Horta, que naquela altura comemoravam o primeiro mês como presidente e vice-presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense (cnrt), criado na fase final do consulado de Suharto. Xanana Gusmão descreveu Habibie como um simples seguidor do general que substituiu e previu que a sua passagem pelo poder seria breve. «Não tem futuro como Presidente», afirmou o líder timorense nos primeiros dias de Junho.

É, portanto, com o pessimismo e a decepção como pano de fundo que Habibie, numa entrevista concedida à agência Reuters e à bbc no dia 9 de Junho, manifesta pela primeira vez a disponibilidade para conceder a Timor-Leste um estatuto especial de autonomia. O

ambiente de descrença então instalado contribuiu decisivamente para condicionar as reacções a este anúncio. O facto de Jacarta encarar a concessão de uma autonomia para a sua «vigésima sétima província» constituía objectivamente uma novidade absoluta – Suharto sempre recusou liminarmente essa possibilidade, suscitada no passado por personalidades como o bispo Ximenes Belo e o próprio ministro Ali Alatas – mas as primeiras reacções da liderança independentista timorense à entrevista do Presidente indonésio não saúdam um avanço. Pelo contrário, denunciam uma manobra.

Ramos-Horta declara prontamente que a oferta de autonomia é «inaceitável». Em declarações reproduzidas na edição de 10 de Junho do *The New York Times*, afirma: «Esta não é uma proposta séria e eu afirmo de forma inequívoca que nós a rejeitamos». Xanana Gusmão ainda é mais duro, ao classificar a oferta indonésia como uma «esmola» que os timorenses não estão dispostos a receber.

As reacções negativas à proposta de autonomia avançada por Jacarta estavam enraizadas no pressuposto de que o Governo indonésio pretendia fazer daquela iniciativa o último acto de uma farsa que a resistência timorense correu a denunciar. Os factos viriam a mostrar que a referida proposta tinha mais de prólogo do que de epílogo, mas só meses mais tarde essa condição se tornaria aparente para todos, inclusivamente para largos sectores do poder indonésio que estavam naquele momento longe de antecipar os impulsos que a questão timorense viria a sofrer numa fase posterior.

2. Autonomia no condicional

Nos meses que se seguiram à entrevista na qual B. J. Habibie abriu a perspectiva de Timor-Leste vir a gozar de um estatuto especial de autonomia, a situação criada com o anúncio do Presidente indonésio registou uma evolução sensível.

No início de Agosto, às vésperas de uma ronda de conversações a nível ministerial que teria precisamente como tema dominante uma eventual autonomia timorense, o «não» veemente das primeiras reacções da resistência transformara-se num «sim» condicional, que assegurou à diplomacia portuguesa espaço de manobra para discutir a proposta indonésia em Nova Iorque.

A metamorfose das posições da resistência – protagonizada com crescente evidência por um Xanana Gusmão em confronto com as reservas de sectores mais radicais – deve-se a vários factores. Em primeiro lugar, há que considerar a evolução dos contornos da própria proposta.

Na entrevista em que abordou o assunto pela primeira vez, Habibie deixara claro que o estatuto autonómico que estava disposto a ponderar para Timor-Leste se assemelharia àquele de que há muito gozam as províncias de Aceh e de Yoyacarta e a cidade de Jacarta. Trata-se, nestes três casos, de autonomias nominais, sem conteúdo significativo.

A perspectiva de um estatuto meramente cosmético a atribuir a Timor-Leste contribuiu, naturalmente, para engrossar o coro de reacções negativas à proposta lançada pelo Presidente indonésio. Entre Junho e Agosto, no entanto, Jacarta corrigiu gradualmente o modelo de autonomia que desenhara inicialmente e passou a referir, nas palavras do ministro Ali Alatas, um estatuto «compatível com padrões internacionais». Quando se chegou à ronda negocial de 4 e 5 de Agosto era já claro que a Indonésia se dispunha a discutir um modelo de autonomia real e alargada, que preservaria para o poder central apenas um núcleo limitado de competências relacionadas com a defesa, a diplomacia e a política monetária e fiscal.

Mas não é apenas a evolução do conteúdo da proposta indonésia que explica a relativização gradual das objecções da resistência. É também a noção, que progressivamente se vai construindo, de que o facto de Jacarta apresentar a autonomia como solução final para o diferendo timorense pode e deve ser contestado mediante a defesa de uma alternativa que a transforme numa realidade transitória e instrumental em relação ao objectivo último dos independentistas. Xanana Gusmão revê a sua própria intransigência inicial e adopta progressivamente a tese segundo a qual a autonomia poderia constituir uma etapa no caminho para a autodeterminação de Timor-Leste. Uma evolução a que não será estranha a circunstância de Xanana atingir precisamente nesse período os mais altos índices de visibilidade internacional, pouco compatíveis com uma atitude de bloqueio radical face ao passo dado por Jacarta.

Contra a nova tese de Xanana Gusmão levantam-se não só alguns grupos periféricos timorenses, como também forças do mainstream da resistência. É o caso da União Democrática Timorense, irreductível na recusa do projecto autonomista. Xanana Gusmão, que joga nesse momento a consolidação da sua condição de líder da resistência, resiste às pressões e mantém-se firme na aceitação condicional do estatuto de autonomia.

A evolução do discurso de Xanana Gusmão aproximou-o daquela que viria a ser a posição defendida pelo Governo português na ronda negocial de Agosto de 1998, a primeira a realizar-se após a queda de Suharto. Este momento importante no processo de conversações diplomáticas sobre Timor-Leste será abordado mais adiante. Antes disso faremos uma incursão no panorama político indonésio, em busca do posicionamento relativo de algumas das mais notórias personalidades da oposição a Habibie face à questão de Timor-Leste e aos respectivos desenvolvimentos.

3. A oposição indonésia e o «caso» timorense: Rais, Megawati e «Gus Dur»

Com a proposta de autonomia avançada pelo Presidente Habibie no início de Junho de 1998, as várias sensibilidades da oposição indonésia encontraram um terreno mais estabilizado para se posicionar face à questão de Timor-Leste.

No vasto espectro político criado com a transição – na Indonésia existem hoje centenas de partidos, embora pareça difícil que mais do que uma dezena venha a cumprir o critério de implantação nacional imposto para a disputa de eleições gerais –, seleccionámos três protagonistas: Amien Rais, Megawati Sokarnoputri e Abdurrahman «Gus Dur» Wahid.

São três dirigentes políticos que, seja qual for o resultado das próximas eleições, terão com certeza uma palavra a dizer no quadro que emergir do pleito marcado para 7 de Junho.

O muçulmano Amien Rais, que se perfilou como alternativa a Suharto nos momentos que precederam a queda do general, é, entre os três, aquele cujas posições em relação a Timor-Leste denotam uma maior consonância com as teses da resistência independentista.

Rais, que ganhou notoriedade pela sua feroz oposição a Suharto, cedo se revelou bastante mais condescendente para com Habibie. A circunstância de o novo Presidente indonésio liderar a Associação dos Intelectuais Muçulmanos Indonésios funcionou como factor inibidor e travou os ataques de Amien Rais, que nessa altura falava ainda na condição de dirigente da organização islâmica Muhammadiyah. Sendo Habibie um Presidente islâmico – ainda que militantemente contrário à criação de um Estado islâmico –, Rais devia ser contido nas críticas, sob pena de comprometer a sua base de apoio.

A moderação das críticas ao Governo de B. J. Habibie, patente nas leves acusações de «falta de profissionalismo» dirigidas contra o novo Executivo, custaram a Amien Rais a notoriedade conquistada no crepúsculo de Suharto. A questão de Timor-Leste serviu-lhe para tentar «fazer a diferença» em relação ao poder instalado em Jacarta e assim preservar, à luz da opinião pública indonésia e principalmente aos olhos da comunidade internacional, algum do capital político ameaçado.

Sobretudo após a criação do Partido do Mandato Nacional (pan), de que assume a liderança, Amien Rais faz da questão de Timor-Leste um dos temas centrais do seu discurso político e incorpora de forma quase mecânica toda a argumentação produzida pelo sector hegemónico da resistência timorense.

O capítulo sobre Timor-Leste no programa do pan reproduz essencialmente o chamado Plano de Paz do cnrm, elaborado por Ramos-Horta nos anos 80. E quando a resistência, sob o comando de Xanana Gusmão, passa a ver na autonomia proposta por Habibie uma ponte possível no caminho para a autodeterminação, passa também a ser essa a posição de Amien Rais.

No outro extremo do espectro está Megawati Sokarnoputri. Para a filha do primeiro Presidente indonésio, Sokarno, Timor-Leste também funciona como factor diferenciador em relação ao partido Golkar de Suharto e Habibie. No caso da líder do poderoso pdi, no entanto, a distinção traz a marca dos arquétipos do nacionalismo indonésio, manifestada na defesa intransigente e quase mística da República Unitária, forjada no combate contra o colonialismo holandês.

Num movimento de sentido contrário ao de Amien Rais, cujas posições sobre Timor-Leste ultrapassam os avanços concedidos pelo Governo de transição, Megawati Sokarnoputri faz da questão timorense um alerta nacionalista tendente a perpetuar o actual estatuto do território.

O conservadorismo do pdi não deve, no entanto, ser interpretado como sintoma puramente ideológico. Motivações que radicam no passado político recente explicam que a liderança desse partido reaja com hostilidade às mais polémicas políticas lançadas pelo Executivo, usando o conservadorismo nacionalista como capa legitimadora de uma oposição sistemática alimentada por razões de outra ordem. O facto de o partido de Megawati ter uma participação minoritária no Governo de transição não deve iludir o profundo antagonismo pessoal que opõe a filha de Sokarno aos actuais governantes implicados na tentativa de assalto ao pdi ordenada por Suharto em 1995. É o caso do já citado Feisal Tanjung, chefe das abri de Suharto e actual ministro coordenador dos Assuntos Políticos de Habibie.

Determinar até que ponto o comportamento de Megawati Sokarnoputri é orientado por convicções ideológicas genuínas ou por impulsos conjunturais é um desafio fundamental para quem quiser decifrar o futuro da questão de Timor-Leste após as eleições de Junho. Uma questão que ganhou ainda maior acuidade depois da viragem da política oficial, a 27 de Janeiro, como veremos mais adiante.

Algures entre o voluntarismo de Rais e o conservadorismo de Megawati, numa posição que é difícil determinar com precisão, move-se «Gus Dur». Líder de uma organização islâmica (nu) com cerca de trinta milhões de filiados e referência moral para muitos outros cidadãos indonésios, «Gus Dur» tem evitado assumir posições claras sobre Timor-Leste. A ambiguidade é, aliás, a marca registada do discurso deste mentor da

«reconciliação nacional», visita frequente de Suharto e com trânsito fácil entre as principais forças da oposição indonésia.

Já em Fevereiro deste ano, após uma visita a Xanana Gusmão, «Gus Dur» apresentou a sua mais recente abordagem da questão de Timor-Leste. Fê-lo em termos vagos, reconhecendo o princípio genérico segundo o qual os timorenses devem poder ter uma palavra sobre o seu destino – sem nunca usar a palavra «referendo», recorrente no vocabulário de Amien Rais – e acrescentando que gostaria de ver o território permanecer sob soberania indonésia.

A postura de «Gus Dur» é talvez aquela que mais fielmente reproduz alguns dos traços daquela que parece ser a atitude do cidadão indonésio medianamente informado em relação à questão de Timor-Leste: noção algo difusa de que aos timorenses deve ser dado o direito de se manifestarem sobre o futuro do território e de que os riscos de uma nova guerra civil inerentes à realização desse princípio não devem ser esquecidos, preferência por uma solução que mantenha Timor-Leste na órbita de Jacarta e manifesta simpatia pela figura de Xanana Gusmão.

4. Os incontornáveis militares

Se é certo que a Rais, Megawati ou «Gus Dur» está reservado um papel importante no cenário político pós-eleitoral, há que ter em conta que esse protagonismo estará sempre enquadrado por uma articulação com a presença igualmente incontornável de outro elemento decisivo na estrutura de poder indonésia: os militares.

Princípio estruturante do regime de Suharto, o vector sócio-político da actividade das abri não se dissipou com a transição nem desaparecerá após as eleições de 7 de Junho. Os militares viram reduzida a sua quota de lugares cativos na Assembleia de Representantes do Povo, mas, ainda assim, asseguraram trinta e oito cadeiras para si no novo Parlamento indonésio. E as abri estão de tal modo presentes em múltiplos aspectos da vida indonésia que a sua capacidade de influência excede largamente a matemática dessa representação parlamentar garantida por via não democrática.

A constatação de que os militares indonésios preservaram no essencial o papel político nuclear consolidado durante o regime de Suharto não significa, no entanto, que a transição não tenha produzido modificações importantes no seio da instituição. Estas mudanças representaram sobretudo um reforço significativo do poder do general Wiranto.

O ministro da Defesa, que passou a acumular esse cargo com a posição de número um das abri, assumiu claramente a condição de garante do Governo Habibie. Trinta e seis horas depois da queda de Suharto, Wiranto destituiu o general Prabowo Subianto, genro de Suharto e apontado como responsável por algumas das maiores atrocidades cometidas em Timor-Leste pelas tropas especiais (Kopassus). Com Prabowo foi também afastado o seu aliado e sucessor à frente das Kopassus, o general Muchdi Purwopranjono.

A purga, destinada a consolidar a posição de Wiranto, foi naturalmente positiva do ponto de vista da resistência timorense, sobretudo dado o afastamento do odiado general Prabowo, que alimentava ambições políticas antes da queda de Suharto.

Num quadro mais geral, os ajustes no topo da hierarquia militar indonésia, para além de sustentarem a óbvia concentração de poder nas mãos de Wiranto, apontavam para uma maior sintonia do comportamento da instituição com as regras e os limites estabelecidos

em coordenação com o novo poder político pró-democrático – o que não deve ser confundido com submissão dos militares ao poder político democrático.

Para ilustrar as fronteiras e a natureza das «cedências» dos militares na transição, pode ser apontado um exemplo muito recente. No passado dia 1 de Abril foi finalmente acordada a criação de uma força de polícia autónoma em relação às abri, que até agora englobavam, para além dos três ramos das forças armadas, todo o conjunto das chamadas «forças de segurança» indonésias. A ausência de uma polícia independente em relação à máquina militar foi durante anos apontada como factor propiciador de abusos e violações dos Direitos Humanos na Indonésia e em Timor-Leste. Note-se a modalidade da resposta a essa disfunção: a nova polícia funcionará fora do âmbito da abri, mas continuará a responder perante o Ministério da Defesa. Ou seja: a dupla função do general Wiranto permite-lhe ceder enquanto comandante militar e manter intocável o seu poder enquanto membro do gabinete governamental.

Apesar do poder concentrado de que dispõe – ou talvez por isso mesmo – Wiranto tem sido criticado por não controlar eficazmente o gigantesco aparato militar e militarizado que se encontra sob a sua alçada. No caso de Timor-Leste, essa acusação prende-se sobretudo com a actividade das milícias paramilitares integracionistas no território, muito intensa desde o início deste ano. O fenómeno das milícias, alegadamente armadas e apoiadas pelas abri, pôs Wiranto na mira da resistência timorense. Mas também neste ponto as posições assumidas pela resistência e nomeadamente por Xanana Gusmão sofreram um processo de elaboração que é interessante reter. Xanana Gusmão começou por responsabilizar directamente o general Wiranto e as abri como instituição pelo apoio às milícias, para mais tarde passar a criticá-lo por não controlar os serviços secretos (sgi), que estariam, eles sim, a armar os bandos integracionistas à revelia do comando da hierarquia militar.

5. Diplomacia de risco

Enquanto as diferentes forças políticas indonésias sedimentavam as suas posições sobre a questão de Timor-Leste, o secretário-geral da onu convocava os representantes de Lisboa e Jacarta para a primeira ronda de conversações da era pós-Suharto, marcada para 4 e 5 de Agosto de 1998, em Nova Iorque.

Inteiramente dominada pela manifestação da disponibilidade indonésia para avançar no sentido da concessão de um estatuto de autonomia alargada para Timor-Leste, esta ronda negocial produziu um resultado intrigante. Lisboa aceitou negociar com Jacarta um projecto de autonomia alargada para Timor-Leste a apresentar pelas Nações Unidas até ao fim do ano, salvaguardando no entanto a posição de princípio em defesa do direito do povo timorense à autodeterminação. Jacarta, por seu turno, reiterou a sua disponibilidade para negociar com Lisboa o projecto de autonomia alargada a apresentar pelas Nações Unidas, salvaguardando a posição de princípio segundo a qual a soberania indonésia sobre Timor-Leste não seria posta em causa ao longo do processo.

A partir daí iniciava-se uma negociação diplomática sui generis, centrada sobre o conteúdo de um projecto de autonomia cuja natureza, transitória ou definitiva, se mantinha em aberto. O Governo português parece ter aceite este estranho exercício negocial no pressuposto de que o tempo jogava a seu favor. Confiante sobretudo na vulnerabilidade de Habibie à pressão internacional, Lisboa antecipou as dificuldades que

o Governo de transição indonésio enfrentaria para impor a autonomia como solução definitiva para a questão de Timor-Leste. A aposta foi ganha.

Para isso foi fundamental ultrapassar a posição de recusa liminar do projecto de autonomia que, como já vimos, caracterizou as primeiras reacções da liderança da resistência timorense à proposta de autonomia lançada por Jacarta e posteriormente adoptada pela onu com o aval de Lisboa. E para isso também foi crucial manter viva a pressão no sentido de fazer prevalecer uma autonomia de carácter transitório, conducente à autodeterminação.

Essa pressão constante servia um objectivo tático e obedecia a uma lógica mais destrutiva do que construtiva. Sabendo que Jacarta dificilmente concordaria com um modelo autonómico transitório, o Governo português e os principais líderes da resistência timorense insistiam nessa tese sobretudo com o intuito de inviabilizar a alternativa indonésia, expressa no modelo de autonomia definitiva.

Se de facto Jacarta viesse a concluir que a autonomia como solução final era inviável, restavam-lhe duas alternativas. Ou aceitava um novo adiamento da chamada «questão de fundo», remetendo-a para uma revisão do estatuto de autonomia num prazo a acordar ou rompia o nó cego negocial amarrado em Agosto, lançando uma proposta mais avançada. Prevaleceu a segunda alternativa, aquela que melhor servia os interesses da causa da autodeterminação.

6. Viragem com um ponto de interrogação ao fundo

Dewi Fortuna Anwar, a assessora de Habibie a quem se atribui o papel principal na recente viragem da política indonésia em relação a Timor-Leste, aponta três razões para a mudança de posição anunciada em Jacarta a 27 de Janeiro de 1999: valorização da democracia e dos direitos humanos por parte do Governo pós-Suharto, percepção de que a manutenção do status quo não era viável a prazo e desgaste da imagem internacional da Indonésia.

De acordo com a mesma assessora presidencial, os dois primeiros factores já tinham estado na origem da «oferta» de autonomia apresentada seis meses antes. Terá sido portanto o agravamento do «fardo internacional» (a palavra é da própria Dewi Fortuna) que Timor-Leste representa para a Indonésia o principal motivo na origem da nova posição de Jacarta, que pela primeira vez contempla a possibilidade de os timorenses «decidirem» sobre o futuro do território.

A «decisão» timorense deve ser posta entre aspas porque, de acordo com a proposta indonésia, a verdadeira decisão sobre o estatuto definitivo de Timor-Leste caberá à Assembleia Consultiva do Povo (mpr) a constituir na sequência das eleições gerais de 7 de Junho. A posição a assumir pela mpr constitui, em rigor, a terceira e derradeira fase de um processo pensado em três tempos.

A primeira etapa, cuja execução prática ocupa neste momento os negociadores em Nova Iorque, consiste na consulta aos timorenses sobre o projecto de autonomia acordado entre Portugal e a Indonésia. Em caso de rejeição da autonomia, o actual Governo indonésio compromete-se a recomendar à mpr a anulação do decreto que institui a integração de Timor-Leste na República da Indonésia, cumprindo assim o segundo passo do plano. E só então estarão criadas as condições para a decisão soberana da mpr.

Esta mecânica é importante para compreender o múltiplo alcance da nova proposta indonésia. Por um lado, ela destina-se a aliviar desde já a pressão e o desgaste

internacionais, que tendem naturalmente a dissipar-se uma vez aberta a perspectiva de uma consulta aos timorenses. Por outro lado, ao remeter a decisão para o futuro, sediando-a a mais alta instância do Estado, proporciona uma blindagem segura contra quem seja tentado a acusar Habibie de exceder as competências limitadas próprias de um Executivo de transição.

Este segundo aspecto é muito importante por duas razões. Em primeiro lugar, mostra até que ponto a nova posição indonésia está longe de traduzir um consenso nacional. Ao contrário, o relatório que está na sua origem, redigido no gabinete presidencial e datado de 25 de Janeiro, criou de imediato tensões no interior do próprio poder, agravando nomeadamente o mal-estar latente entre a equipa de assessores de Habibie e o ministro Ali Alatas, confrontado com um facto consumado.

Em segundo lugar, a forma como está desenhada faz com que esta proposta seja de facto algo diferente do que parece ser. A simplificação mediática faz com que o cenário aberto com a viragem indonésia se resuma a uma opção dos timorenses sobre a autonomia ou a independência. Mas não é exactamente isso que está previsto. Se os timorenses rejeitarem a autonomia – e tudo indica que assim será, sobretudo depois de garantida uma modalidade de consulta em sufrágio universal –, não estarão eles próprios a determinar a independência do território. Uma tal alternativa automática só funcionaria se estivéssemos em presença de um referendo – mecanismo de consulta que comporta em si mesmo uma decisão – e não é portanto por simples precaução semântica que Jacarta insiste na recusa dessa designação para a consulta em vista.

O sentido do voto dos timorenses constitui, isso sim, uma orientação para a acção do Governo indonésio, a quem cabe accionar um novo dispositivo de diferimento da decisão final. «Orientado» pela escolha dos timorenses, o Governo torna-se então «orientador» da decisão da mpr.

A vulnerabilidade à pressão internacional que proporcionou a vertiginosa evolução das posições indonésias sobre Timor-Leste desde a queda de Suharto manter-se-á seguramente após as eleições de Junho. É por isso legítimo imaginar que o poder reconstituído após o acto eleitoral que se aproxima dê sequência ao rumo dos acontecimentos, em boa parte determinados por essa mesma pressão externa. É nessa suposição razoável que se apoia o optimismo de quem espera ver finalmente resolvida a questão timorense. Mas convém que esse optimismo, ainda que apoiado em suposições razoáveis, não apague da mente de quem tem responsabilidades nesta matéria a noção de que um desfecho global, definitivo e aceitável para a questão de Timor-Leste não está adquirido.